

O vermelho e o verde: O lugar da natureza nos partidos da esquerda brasileira

José Roberto Cabrera¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma discussão sobre como o tema do meio ambiente e da natureza aparece nas organizações partidárias de esquerda no Brasil. O pensamento marxista e suas formulações sobre o tema fornecem elementos para avaliarmos o modo como esse debate se estruturou internamente, assim como seus reflexos no movimento sindical. A crise ecológica impõe aos movimentos populares a construção de estratégias para seu enfrentamento, considerando que os seus impactos têm profundo corte social e as alternativas de governança global da questão se mostram inoperantes.

Introdução

Os partidos de esquerda e as organizações da classe trabalhadora estabeleceram interpretações distintas acerca dos desafios postos às lutas da classe trabalhadora diante da crise ecológica que vivemos. Sindicatos e centrais participam cada vez mais ativamente desse debate, buscando compreender os impactos das mudanças ambientais sobre o mundo do trabalho e buscam construir alternativas para o futuro. O presente artigo apresenta um roteiro do desenvolvimento da temática ambiental no interior das organizações partidárias da esquerda brasileira, buscando articular as bases teóricas do debate, sua relação com a história e a conjuntura política, assim como apontar os principais desafios.

¹ Sinpro – Campinas. ESAMC - Escola Superior de Administração Marketing e Comunicação

A urgência da problemática ambiental

O meio ambiente e a ecologia adquiriram grande relevância no debate político contemporâneo. Desde as primeiras articulações em nível governamental na década de 1970, como a **Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente** das Nações Unidas de 1972 em Estocolmo, a comunidade científica, instituições multilaterais e organizações da sociedade civil realizam pesquisas e debatem os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente e as possíveis formas de reversão.

Apesar da redução da atividade econômica em 2020 por conta da pandemia do novo coronavírus, a emissão de CO₂ continua crescendo. Em julho desse ano, o observatório de Mauna Loa no Hawaí, que monitora as condições atmosféricas desde 1958, registrou a presença de 414,38 ppm (partes por milhão) de CO₂ na atmosfera, diferente daquela de 357 ppm de 1992 que deixou todos em pânico por ocasião da Conferência da Terra, no Rio de Janeiro (ESRL, 2020).

Nas duas últimas décadas o nível do mar vem subindo numa média 2,5 mm ao ano, resultado da aumento da temperatura e do derretimento das geleiras, ao mesmo tempo em que se verifica a acidificação dos oceanos com danos irreversíveis à vida marinha. O degelo progressivo das diversas cordilheiras se dá num ritmo mais acelerado e pode comprometer o fornecimento de água para mais de 1/6 da população do planeta.

Os efeitos imediatos da catástrofe ambiental atingem de forma assimétrica as populações do planeta, submetendo os mais pobres aos piores riscos, conforme se observa entre os milhões refugiados ambientais, premidos pelos efeitos das mudanças climáticas como elevação do nível do mar, a desertificação, inundações, contaminações e desflorestamentos. O ritmo de elevação das temperaturas médias e dos dias mais quentes tem se dado de modo mais intenso nas regiões mais pobres.

Esse viés social da crise ecológica revela as formas da desigualdades produzidas no interior do capitalismo. A apropriação da natureza como fator de

produção e as formas de superexploração da força de trabalho põe em evidência que seus limites, além de econômicos e sociais, são também estruturais, considerando o caráter finito dos recursos naturais e os efeitos da produção de mercadorias sobre a natureza.

As iniciativas de governança global do tema não consolidam programas efetivos de mudança das tendências, dependendo de metas estabelecidas nacionalmente, as quais se submetem aos interesses econômicos e as forças políticas que dependem da ideia de desenvolvimento.

A classe trabalhadora, suas organizações, partidos e sindicatos, e os movimentos populares necessitam construir alternativas a esse estado de coisas sob pena de sucumbirem à crise ecológica que nos ameaça. O texto que segue elabora alguns apontamentos acerca da teoria e do modo como os partidos da esquerda brasileira entram nesse debate, buscando entendê-los no interior de um processo mais amplo. A evolução programática dos partidos políticos exprime um processo de disputas políticas e de narrativas que não se resumem apenas à ocupação dos espaços burocráticos, nem tampouco reflete um academicismo reinante em algumas temáticas, elas expressam, sobretudo, as disputas ideológicas, políticas e culturais em curso na sociedade. Como afirmava Gramsci, *“escrever a história de um partido significa nada mais nada menos que escrever a história geral de um país de um ponto de vista monográfico”*

Apontamentos acerca do pensamento marxista e a natureza

Embora não se constitua como a única referência teórica e ideológica no interior das organizações da classe trabalhadora, o pensamento de inspiração marxista e sua crítica radical às bases do sistema e às formas de exploração correspondentes se inscrevem no seio de suas lutas.

No interior do marxismo, as relações entre o ser humano e natureza se encontram condicionadas ao modo de produção capitalista que impõe efeitos que derivam de sua lógica de funcionamento. A busca incessante pela

valorização do capital impele a produção contínua de valores de troca, dando às mercadorias um duplo caráter, de atendimento das necessidades humanas, reais ou imaginárias e de criação e troca de valores. Tal processo não possui limites e é no interior desse fluxo de trocas que o capital existe. Qualquer interrupção nesse processo inaugura um período de crise de acumulação.

Marx propõe uma abordagem específica de entendimento da realidade tratando-a, não apenas em seus aspectos exteriores, visíveis, mas analisando-a em seus desdobramentos possíveis, a partir dos conflitos de interesses e das contradições presentes no interior dessa mesma sociedade. Faz-se necessário entender como os humanos se relacionavam com o mundo material: a maneira como retiravam da natureza os bens necessários à sua sobrevivência e o modo como as relações sociais emergem nesse processo.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o humano e a natureza, processo este em que o ser humano, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural (Naturmacht). A fim de se apropriar da matéria de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza.²

O metabolismo apresenta-se como central na crítica em *O Capital* quando Marx aponta a existência de uma ruptura metabólica provocada em função da lógica econômica que preside a produção sob o capitalismo.

O conceito de metabolismo, com as suas noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória, permitiu que ele expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as 'condições impostas pela

² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. 893p. Tradução: Rubens Enderle. p. 255).

natureza' quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo.³

Marx utilizou o conceito de metabolismo tanto no sentido de identificar o modo como o ser humano, através do trabalho, se relaciona com a natureza transformando-a e se transformando, como também na análise mais global dos fluxos de energia e matéria no interior do próprio processo produtivo, onde os mecanismos de exploração e alienação da força de trabalho se põem de forma vigorosa.

A relação central que se apresenta em Marx é que o modo de produção capitalista engendra a necessidade constante de produção de valores de troca, os quais consolidam o processo de extração de mais-valia e de valorização do capital materializados na mercadoria. Seu funcionamento rompe com os pressupostos desse metabolismo entre os seres humanos e a natureza, uma vez que o objetivo deixa de ser o de produzir para o próprio consumo e o atendimento das necessidades, mas sim produzir com o objetivo de vender cada vez mais.

A problemática ambiental se insere de múltiplas formas no interior desse fluxo constante de mercadorias exigido pelo capital. Este persegue seus objetivos num processo de ruptura com o metabolismo ser humano-natureza seja na exploração sem limites da força de trabalho ou na utilização da natureza como provedora dos recursos naturais da produção, no esgotamento das fontes energéticas ou nas externalidades impostas à sociedade, na apropriação privada dos bens comuns ou ainda na destruição provocada pela poluição.

A natureza como fator de produção e o trabalho como meio para transformá-la em mercadoria fazem parte de uma unidade imposta pelo capital como condição *sine qua non* de sua existência enquanto relação social. As necessidades humanas são socialmente limitadas ao passo que as do capital,

³ FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 418p.

pela sua própria estrutura reprodutiva, não podem ser e aqui reside uma contradição fundamental entre esse modo de produção e a natureza.

Marx interpretou o desenvolvimento das forças produtivas como positivo para a humanidade, porque constituem a base de uma sociedade comunista em que o princípio reinante é: a cada um segundo as suas necessidades. A restrição limitada nesta sociedade não é a valorização autorreferencial do capital, mas a medida humana em uma sociedade humanizada. Dado que o ser humanos e suas necessidades fazem parte do ciclo natural da reprodução, a nova formação social que distribui a riqueza de acordo com as necessidades humanas também é pensada como uma sociedade de reconciliação do ser humanos com a natureza.⁴

Essa ruptura ou falha metabólica presente tanto nas relações de produção capitalistas como na dualidade cidade e campo define o caráter estratégico da crítica econômica, apontando para a necessidade de reinstalar o metabolismo humano e natureza. Nesse sentido, superação do capitalismo na obra de Marx revela um caráter que está além da economia reinserindo o humano como agente nessa relação com a natureza.

A liberdade nesta esfera [o campo da necessidade natural], (...) só pode consistir nisto, que o humano socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao seu próprio controle coletivo em vez de ser dominado por ele como um poder cego; realizando-o com o mínimo de gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à natureza humana⁵

⁴ ALTVATER, Elmar. ¿Existe un Marxismo Ecológico? In: BORON, Atilio et al (Comp.). Javier Amadeo: Sabrina Gonzalez. *La Teoría Marxista Hoy. Problemas y Perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 341-364. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxis/marxis.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁵ Marx apud Foster, 2005, p. 224

James O'Connor⁶ situou uma segunda contradição no funcionamento do capitalismo que também se vincula à problemática ambiental. Ele introduz no debate sobre crise e meio ambiente uma variável que, em sua opinião, passava tangencialmente às contradições tradicionais existentes no âmbito do marxismo, apontando o entendimento das crises no capitalismo como subproduto das condições de produção.

Para ele, além da existência de contradições internas ao processo de extração de mais-valia, relacionado à tendência decrescente da taxa de lucro e à anarquia da produção, existem limites impostos à produção pela natureza, relacionados tanto à finitude dos recursos naturais como aos efeitos do próprio processo produtivo. As condições gerais da produção – os trabalhadores, o espaço urbano, a natureza -, se deterioradas, tornam-se incapazes de garantir a reprodução ampliada do capital, instalando uma crise que se desenvolve à margem das abordagens tradicionais do marxismo.

A análise dessa crise de subprodução explora o modo como o custo da produção consome o capital e de como isso potencializa as crises, uma vez que é ele que solapa as condições de sua reprodução. Ainda que existam mecanismos de socialização desse custo via Estado, O'Connor aponta sua centralidade na análise dos percursos da crise, introduzindo um elemento pouco explorado na obra de Marx em torno da escassez.

A produção teórica no campo do marxismo e meio ambiente não é isenta de contradições. Há profundas divergências que opõem marxistas sobre a abrangência teórica da obra de Marx e o papel atribuído à natureza no processo de superação do capital. Não é nosso objetivo esgotar esse debate, mas apenas situar as temáticas fundamentais. Nesse sentido, muitos críticos marxistas identificam lacunas em torno de alguns temas como tratamento dos efeitos da produção em larga escala, da disponibilidade de recursos naturais, dos padrões energéticos necessários para uma sociedade socialista baseada na abundância, do incremento dos custos da produção pela degradação

⁶ O'CONNOR, James. *Capitalism, Nature; Socialism: A Theoretical Introduction*. *Capitalism Nature Socialism: A Journal of Socialist Ecology*. p. 11-38. out. 1988.

ambiental que estariam ausentes das obras de K. Marx e de F. Engels ou apontam para a existência de contradições teóricas em Marx quando identificam uma perspectiva produtivista, economicista que vê o desenvolvimento das forças produtivas como alavanca necessária para superação do capitalismo como indicam M. LOWY, D. TANURO, J.M. ALIER e G. FOLADORI⁷.

A temática ambiental nos partidos

A crítica marxista assume contornos práticos na ação das organizações políticas. Os partidos de esquerda consolidaram-se como meio de correção das desigualdades produzidas no interior do sistema. Independentemente de suas origens históricas, as organizações socialistas e comunistas se veem como parte de um movimento maior em direção à superação das injustiças do capitalismo. Como vanguarda, representante de classe ou instrumento de movimentos sociais, os partidos de esquerda trilham sua crítica ao modo de produção capitalista. O grau de radicalização dessas críticas e o modo como elas se transformam em ação política concreta é o que justifica a diversidade dessas organizações.

Entre os partidos da esquerda legal no Brasil concentramos nossos estudos em 6 organizações: PT, PC do B, PSOL, PSTU, PCO e PCB. Não analisamos para esse artigo o Unidade Popular criado em 2016 e legalizado em 2019, o qual se soma a esse processo de organização e luta da classe trabalhadora.

Essas organizações revelam abordagens e compreensões distintas quanto à importância teórica do tema. PCB, PSTU e PCO tratam a destruição da natureza e a convergência das crises ambientais dentro da crítica marxista ao modo de produção capitalista, sem aprofundar um debate específico ou

⁷ LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. Margem Esquerda: ensaios marxistas, São Paulo, v. 1, n. 3, p.90-102, abr. 2004. Boitempo editorial.; TANURO, Daniel. Humanity , Society and Ecology: Global Warming and the Ecosocialist Alternative. 2008. ALIER, J.M -O Ecologismo dos Pobres., 2007, São Paulo: Contexto e FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. Crítica Marxista, São Paulo : Xamã, v.1, n.4, 1997, p.140-161

formulações políticas que incorporassem novas abordagens. PT, PC do B e PSOL elaboraram programas a partir de perspectivas conceituais distintas, as quais desenharam o caminho pelo qual o debate ambiental foi travado internamente.

PT – Partido dos Trabalhadores

A trajetória do PT permite analisarmos a construção de seu pensamento ecológico num processo de debate junto aos nascentes movimentos ambientalistas da década de 1980, com destaque para o papel desempenhado por Chico Mendes, assim como as tendências políticas organizadas no interior desse partido.

Oficialmente o primeiro documento do PT, de 1991, sobre meio ambiente é o *Manifesto Ecosocialista*. Nele, firmam posição contrária à primazia do desenvolvimento das forças produtivas como forma de superação do capitalismo, uma vez que expressa o padrão que submete a natureza à produção econômica. Aponta ainda que a luta socialista incorpore o meio ambiente, assim como a luta ambiental deve se pautar por princípios socialistas.

A existência da ação de grupos de ecologistas no interior do PT, desde de a sua origem, não configura, por si só, a existência de uma compreensão teórica sólida sobre a questão ambiental no interior do sistema econômico, mas aponta um papel significativo desse segmento na elaboração das políticas do partido.

As Resoluções do I Congresso do PT indicam essa influência.

Numa sociedade fundada no lucro e na propriedade privada, a natureza não está à disposição do ser humano. A propriedade privada da natureza priva por exemplo, grande parte da humanidade do direito de decidir o que dela vai ser feito. (...) Desse modo os recursos naturais não podem ser apropriados sob o regime de propriedade privada, mas sim, de forma

coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.⁸

O PT incluiu o termo Desenvolvimento à Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente, em 1993, transformada em Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento, para tratar transversalmente a problemática ambiental.

Entre o I (1991) e o V (2015) Congressos do PT as formulações sobre meio ambiente mantiveram as mesmas críticas ao capitalismo, visto como principal responsável pela manutenção do modelo produtivista, mas transitaram para uma abordagem menos crítica e mais propositiva, no sentido de estabelecer parâmetros exequíveis de políticas públicas baseadas no princípio do desenvolvimento sustentável.

Essa transição demonstrou, entre outras coisas, a diminuição de espaço e importância política dos críticos (marxistas e ambientalistas) em relação às lideranças e grupos que foram assumindo posições de destaque na administração pública, tanto nos executivos como nos legislativos, em todas as esferas do Estado.

A incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir do II Congresso do PT em 1999, revelou que a questão ambiental passou a estabelecer-se mais diretamente no diálogo no âmbito das organizações multilaterais do que, propriamente, como reflexo do debate interno dos grupos ambientalistas.

O III Congresso do PT, em 2007, consolidou a ideia de que é impossível pensar no socialismo, enquanto projeto estratégico, se dele não fizer parte a questão ambiental. Firma-se nesse momento o conceito de sustentabilidade socioambiental. Tal ideia se assentava numa abordagem crítica acerca do desenvolvimento das forças produtivas, propondo sua superação e introduzindo um componente de reflexão teórica de grande envergadura, na

⁸ Partido dos Trabalhadores - **Resoluções do I Congresso**. São Paulo: Diretório Nacional, 1991. Pg. 16

medida em que situava a necessidade de ruptura com os padrões produtivistas.

Tal processo não se deu sem contradições. Em dezembro de 2013, na Plenária dos Ecologistas Socialistas do PT o Coletivo buscou se reorganizar e expor as divergências.

Da mesma forma, foi enfatizado que já são onze anos desde que o PT conquistou o Governo Federal, mas que apesar dos vários avanços políticos e sociais já obtidos, ainda são grandes os gargalos e problemas socioambientais que enfrentamos no Brasil e que nos últimos anos, temos tido pouca ou praticamente nenhuma influência ou interlocução nas deliberações e prioridades, no âmbito das políticas ambientais e de desenvolvimento, em nosso próprio governo.⁹

No V Congresso (2015), o PT reafirmou a transversalidade e a crítica ao modelo econômico. No entanto, a inovação se punha pela defesa de um novo paradigma, capaz de romper com a lógica de funcionamento do sistema, uma revolução cultural.

Trata-se de promover uma revolução cultural para se negar o paradigma produtivista, antropocêntrico, androcêntrico e patriarcalista, centralizador de poder e desconhecedor das diferenças; e afirmar o novo paradigma sustentabilista, holístico, baseado na ética do respeito aos direitos das gerações futuras, e às diferentes expressões sociais, culturais, sexuais; anunciador de um novo modo de vida, produção e consumo sustentáveis.¹⁰

Este novo paradigma não é apenas um compromisso programático, mas “devemos adotar novas posturas, novas formas de organização, (...) para que possamos concentrar e dirigir nossa energia criadora coletiva para transformar a sociedade, para construir a sociedade socialista, democrática e sustentável”.

⁹ Resumo da Reunião Plenária dos Ecologistas Socialistas do PT, Brasília, dezembro de 2013. Mimeo

¹⁰ PT, Resoluções do V Congresso, Salvador, 2015.

Depois do golpe que pôs fim ao governo de Dilma Roussef o PT avançou no debate introduzindo a perspectiva da necessidade de se pensar numa “Transição Ecológica” capaz de superar os combustíveis fósseis e garantissem a construção de uma nova economia, mais inclusiva e circular.

O PT transitou de uma abordagem ambientalista crítica, com relativa influência do marxismo, presente nas diversas tendências organizadas, para uma abordagem menos radical e mais propositiva, no sentido de estabelecer parâmetros exequíveis de políticas públicas baseadas no princípio do desenvolvimento sustentável. A mudança para um perfil partidário mais propositivo verificou-se também em temas econômicos, sociais e políticos.

A trajetória da concepção ambientalista do PT manteve uma relação tangencial com as formulações ambientais marxistas, combinando-as com influências humanistas, cristãs e liberais no tratamento da ecologia.

A manutenção da crítica ao produtivismo e a reafirmação programática de um socialismo democrático e sustentável não impediu que a conjuntura e os acordos consolidados com frações das classes dominantes criassem tensões entre o PT e movimentos sociais e ambientalistas e o governo.

A trajetória teórica do tema do meio ambiente no PT iniciou-se com a condenação do modelo econômico feita pelos Ecosocialistas e presentes no I Congresso do partido, passou pela incorporação crítica do preceito de desenvolvimento sustentável no II Congresso em 1999 e com o desenvolvimento do preceito da transversalidade da questão ambiental. O III Congresso, de 2007, incorporou a perspectiva das lutas sociais ao definir o conceito de sustentabilidade socioambiental e o IV, de 2011, desenvolveu a ideia de um socialismo democrático e sustentável. Mais recentemente, embora não tenha promovido nenhuma revisão crítica das formulações anteriores, o PT sustentou a necessidade de criação de um novo paradigma sustentabilista presente na revolução *cultural* proposta no V Congresso de 2015. Os textos do VII Congresso não estão totalmente disponíveis.

A presidência de Lula jogou importante papel sobre o desenvolvimento da temática ambiental no PT. Embora não possamos estabelecer uma linha reta e afirmar que a vitória de 2002 consolidou o programa do PT no poder, considerando as características do presidencialismo de coalizão dominante, não é possível sustentar que o PT esteve ausente nas definições das políticas ambientais do governo.

A evolução programática do PT sobre a questão ambiental manteve uma relação de sobredeterminação em relação às políticas do governo, expressando um campo conflituoso e inovador.

As demandas da transversalidade da questão ambiental, a ampliação e reestruturação das instituições ligadas ao Ministério do Meio Ambiente foram atendidas em parte pelos governos do PT, assim como a incorporação de setores da sociedade civil nos Conselhos e Conferências de Meio Ambiente.

Entretanto, os programas de governo de Lula (2003-2010) e Dilma (2010-2016) foram fortemente baseados no modelo de consumo popular de bens duráveis, na ampliação de investimentos na extração de petróleo e de outros combustíveis, no incentivo à exportação de commodities minerais e vegetais e os programas do PAC -Plano de Aceleração da Economia estabeleceram um campo de conflitos com os movimentos sociais e ambientais.

Em suma, a lógica da abordagem crítica presente nas formulações partidárias até 2002 parece ter sido substituída ou 'modernizada' pela *realpolitik* da mitigação dos efeitos com o PT no governo federal. A perspectiva do desenvolvimento econômico enquanto foi governo expôs as contradições no tratamento da questão ambiental, revelando que no debate residem opiniões distintas e conflitos teóricos no interior do PT demonstrando que essa temática pressiona o partido entre uma perspectiva desenvolvimentista com preocupações socioambientais e uma outra de caráter antissistêmico e ecossocialista. Esse debate continua.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

As formulações ambientalistas do PC do B se desenvolveram em ritmos distintos das do PT. Enquanto o PT possuía um núcleo militante vinculado às lutas ambientais, o PC do B dava destaque ao tema na medida em que ele se relacionava à problemática nacional e a ela estava submetido.

O meio ambiente passou a ser tratado dentro de um conjunto de reflexões mais amplas, envolvendo a problemática nacional e a ideia de desenvolvimento. Para o PC do B era necessário se constituir uma ampla frente política que fosse capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social do país em oposição aos interesses do imperialismo e seus aliados locais.

No interior desse movimento de caráter nacional, as concepções teóricas do PC do B sobre a questão ambiental evoluíram numa direção que entendia o domínio sobre a natureza como fator geopolítico central no interior do capitalismo. Essa perspectiva impunha a criação daquilo que o PC do B chama de um Projeto Nacional, que fosse capaz de superar os ‘limites estruturais’ que impediam o desenvolvimento econômico e social do país.

Assim, os debates sobre aquecimento global na Conferência da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, e o papel dos movimentos ambientalistas foram tratados com desconfiança e ceticismo.

A questão ambiental é perpassada pelas questões nacional e de classe. As correntes ambientalistas que não incorporam tais dimensões em suas propostas de política ambiental adotam uma postura que termina por acobertar, consciente ou inconscientemente, políticas defendidas pelo imperialismo visando o controle dos recursos naturais dos países em desenvolvimento.¹¹

O PC do B buscou se diferenciar dos chamados ‘produtivistas’, que viam a natureza como um recurso infinito, capaz de atender às necessidades do ser

¹¹ Partido Comunista do Brasil, Teses do XIII Congresso do PC do B. São Paulo : Comitê Central, 2013.

humanos e do capital e dos ‘santuaristas’ e ‘preservacionistas’, aquilo que Alier chama de ‘culto ao silvestre’ e que pregam o isolamento do ser humanos da natureza.

A compreensão desse novo Projeto Nacional de Desenvolvimento determina o lugar da problemática ambiental para o PC do B. “Trata-se de buscar uma nova relação entre desenvolvimento e o meio ambiente reduzindo ao máximo os impactos ambientais provenientes do necessário desenvolvimento da infra-estrutura do país”¹².

Os interesses da nação assumem, no discurso do PC do B, um caráter estratégico:

(...) nas Conferências Internacionais os Estados Unidos, um dos maiores emissores de gases de efeito estufa, país que não ratificou o Protocolo de Quioto, bem como os demais países altamente desenvolvidos procuram jogar o ônus das Mudanças Climáticas sobre os países em desenvolvimento visando restringir o crescimento de suas economias.¹³

O desafio ambiental para o PC do B seria “a defesa do meio ambiente, combinada com a luta pelo desenvolvimento e justiça social” como “um elemento estruturante da agenda socialista e anti-imperialista do século XXI” , onde “a questão da preservação ambiental é também parte destacada de um projeto nacional avançado. Não se trata, pois de insistir no trato dado ao problema em tempos passados, mas de buscar uma nova relação entre desenvolvimento e meio ambiente”¹⁴.

Assim, no interior da proposta do PC do B de construção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND) o meio ambiente ganha contorno diferenciado, submetido às exigências do crescimento econômico.

¹² Partido Comunista do Brasil, Persistir no desafio de construir o projeto nacional de desenvolvimento, soberano e democrático, São Paulo : Comitê Central, 2005

¹³ Partido Comunista do Brasil, Teses do XIII Congresso do PC do B. São Paulo : Comitê Central, 2013.

¹⁴ ARANTES, Aldo (org.). – Meio Ambiente e Desenvolvimento: em busca de um compromisso. – São Paulo : Anita Garibaldi : Fundação Maurício Grabois, 2010. Pg. 41

O PCdoB defende o direito ao desenvolvimento. A pobreza é um grande problema não apenas social como também ambiental. E não há como superá-la sem criar o desenvolvimento. E não é possível haver desenvolvimento sem alterar a natureza. Todavia esta intervenção deve ser realizada levando em conta a sustentabilidade social e ambiental.

A integração do meio ambiente ao escopo do NPND implica, de um lado, uma valorização do tema e a integração dele no âmbito programático, e de outro, o possível estabelecimento de limites, na medida em que existem contradições entre as premissas da ideia de Desenvolvimento, que possibilita diversas perspectivas, e a preservação do Meio Ambiente.

O tratamento dispensado pelo PC do B à ideia de desenvolvimento revela uma proximidade com as abordagens economicistas no interior do marxismo, que indicam um caráter neutro da tecnologia e da ciência, assim como o aumento da produção econômica é tratado de maneira positiva.

O PCdoB demonstrou essa convicção durante os governos Lula e Dilma ao se posicionar favoravelmente às políticas duramente combatidas pelos movimentos originários e ambientalistas como a liberação dos transgênicos, a transposição do Rio São Francisco, à aprovação do Novo Código Florestal e à construção das Usinas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, entre outras.

De uma maneira geral, o tratamento da questão ambiental no PC do B passa por uma leitura do marxismo alicerçada no desenvolvimento das forças produtivas como elemento axial da ação política em sintonia com as tarefas nacionais. Assim, a crise ecológica poderia ser superada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia num ambiente de crescimento econômico capaz de contornar as limitações sociais impostas pelo mercado. A superação desses limites sociais – ampliação do emprego, salário, consumo - durante os governos do PT (2003-2016) exerceu forte pressão sobre o PC do B, assim como potencializou as contradições em torno da questão ambiental e a crítica marxista, na medida em que a ampliação do crescimento econômico implicou no incentivo ao avanço do capital sobre a natureza, tanto na expansão do

agronegócio, como da geração de energia para atividades extrativistas, a gentrificação das cidades, a realização de grandes obras viárias baseadas no transporte individual entre outros.

O eixo baseado no Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento imprimiu à questão ambiental no PC do B um caráter geopolítico, tornando as críticas ambientalistas empecilhos à nação. A leitura marxista do PC do B, focada no desenvolvimento das forças produtivas, não incorporou a análise o caráter de classe e de resistência à expansão do capital sobre a natureza, presentes nas principais lutas socioambientais do país conduzidas principalmente por trabalhadores sem-terra, sem-teto, quilombolas, ribeirinhos e as populações indígenas. O acento nacionalista subestimou as ações dos movimentos sociais, de organizações não-governamentais e científicas contrários à condução dos programas nas de extração de minérios, de produção de energia e de expansão das atividades do agronegócio, reforçando a tese da neutralidade do desenvolvimento das forças produtivas.

Em suma, para o PC do B, a superação dos entraves do subdesenvolvimento, característico dos países pobres, relacionados à dependência econômica, científica e tecnológica, ao imperialismo e seus parceiros locais passaria, necessariamente, por um projeto autônomo de desenvolvimento no qual a natureza se insere nesse processo, submetendo-se aos geopolíticos em jogo. Nesse sentido, a leitura marxista da questão ambiental revela uma concepção de neutralidade do desenvolvimento das forças produtivas como alavanca primordial da transformação social e da submissão das lutas de classes ao elemento nacional, relegando o debate acerca da ruptura metabólica a um segundo plano.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

O PSOL se originou e se consolidou numa oposição programática ao PT, afirmando seus princípios em torno da ideia de ecossocialismo. Embora tal

conceito ainda careça de definições mais precisas, em linhas gerais ele se diferencia das elaborações anteriores.

O socialismo que queremos reinventar não nos coloca como 'passadistas'. Sabemos que não há socialismo sem desenvolvimento das forças produtivas. E urge qualificar o tipo de desenvolvimento – não apenas econômico, mas também de justiça social, democracia política, equilíbrio ambiental e oportunidade cultural, centrado no respeito aos ritmos e limites da natureza e comprometido com a superação das desigualdades sociais – que defendemos.¹⁵

Ao destacar a questão qualitativa acerca do tipo de desenvolvimento, introduz-se uma temática marxista sobre a técnica e a neutralidade do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Embora o parágrafo seja sucinto, ele indica a percepção da importância teórica do problema, revelando a existência de conflitos e contradições entre a forma do processo produtivo, da produção de riquezas e a natureza e seus ritmos, apesar de passar apenas tangencialmente sobre o lugar e o papel das classes na definição do caráter das relações de produção.

O PSOL sustenta a ideia de que um novo projeto de desenvolvimento, presentes no PT e no PC do B, só é possível a partir da mudança da matriz positivista que acompanha a noção de progresso que, ancorada na neutralidade da ciência, cimentou a ideologia do produtivismo, base sobre a qual se consolidou o modelo dominante.

Sob o ponto e vista do modelo de desenvolvimento precisamos entender que um modelo é uma forma de construir um projeto, ou seja, um modelo de desenvolvimento é uma forma de produção de um projeto de desenvolvimento a ser executado ou em execução. No nosso caso este modelo obedece ao eixo que atua sob a forma de produtivismo ou de fomento à produção baseada na lógica do crescimento infinito. Essa

¹⁵ PSOL - Contribuição do Setorial Ecosocialista "Paulo Piramba" para os Programas de governo do PSOL nas Eleições 2014

lógica remete à ideia de progresso, uma categoria conceitual extremamente presente nas ideologias formadas nos séculos XVIII e XIX e que parte do princípio que a humanidade avança rumo a um processo evolutivo final e ininterrupto, que a vida, a história e as sociedades avançam num processo linear de evolução e melhoria. Para que isso ocorra é preciso progredir, avançar, chegar a um ponto futuro onde a tecnologia, a economia, tudo estará no nível de otimização completa e a humanidade viverá uma idade do ouro onde todas as imperfeições serão superadas.

Essa ideia de progresso foi inicialmente problematizada já no século XIX. Marx, por exemplo, já discutia o progresso a partir do capitalismo como produtor de quebras metabólicas a partir do deslocamento da produção agrícola de sua origem, levando à perda pela terra onde se produziu dos nutrientes resultantes do consumo desta produção, quebras estas que geravam problemas na origem da produção e se reproduziam em escala a partir das transformações que o capitalismo levava a cabo com seu avanço¹⁶.

Ainda que tais formulações não aprofundem a discussão sobre o significado de conceitos do atual debate marxista sobre o tema, elas indicam um caminho teórico a ser seguido na ação política em torno da questão. No interior dessa reflexão se insere uma análise que aponta para um limite, uma contradição, do próprio capital, na medida em que os recursos são limitados e seu movimento é ilimitado. Ou seja, num planeta com recursos finitos a manutenção da valorização contínua do capital tende a se colapsar, aproximando-o das referências de O'Connor, ainda que o debate acerca da ruptura metabólica e dos mecanismos para sua superação estejam sempre presentes e definam as discussões programáticas e as ações partidárias de forma cada vez mais intensa.

¹⁶ idem

PSTU/PCO/PCB

Essas três organizações submetem a temática ambiental à crítica sistêmica, sustentando que o processo em curso é decorrência da expansão das relações do capital sobre a natureza, impondo a mercantilização de tudo e de todos. O PSTU, através de seu website, disponibiliza para fora da organização artigos e reportagens que tratam dos efeitos da produção capitalista sobre o meio ambiente. Existe um vínculo com a temática da luta de classes e do socialismo nas denúncias sobre as ações do capital e do governo em relação à natureza, que demonstram firme vinculação ao arcabouço marxista, mas não explicita os conceitos e concepções possíveis existentes no interior dessa tradição.

O Partido Comunista Brasileiro, que partilha uma história comum com o PCdoB até 1962, passou por um profundo debate interno, com disputas e conflitos que marcaram o biênio 1991/92. Dois Congressos foram realizados, a reorganização do PCB se concluiu em 1992 após alguns dirigentes abandonarem a legenda anunciaram a transição para o PPS.

O PCB hoje é um partido com presença reduzida nos movimentos sociais e no sistema partidário instituído. No entanto, mantém influência em setores da intelectualidade, do movimento estudantil e sindical onde desenvolve um debate teórico acerca da compreensão do capitalismo no Brasil.

Nas análises mais gerais sobre a problemática ambiental, capitalismo e socialismo, o PCB não incorpora a temática e os debates acadêmicos sobre o tema. Ainda que tenha uma perspectiva distinta daquela oferecida pelo PCdoB, indicando que o caráter da revolução brasileira, em função do tipo de desenvolvimento econômico aqui evidenciado, já é socialista, a problemática ambiental como campo propício para a crítica ao capitalismo aparece submetida às outras temáticas.

De um modo geral, após 2005 quando se dá o afastamento do governo Lula, o PCB repete a perspectiva de se incorporar na luta contra o capital a

temática ambiental como consequência do processo de desenvolvimento econômico.

Para o PCB, o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, no Brasil e no mundo, já se coloca em contradição com a atual forma capitalista das relações sociais de produção, que ameaçam a produção social e a própria existência das condições que permitem a vida humana no planeta. A transição para o socialismo e para a formação de um Estado Proletário que garanta a existência de novas formas de propriedade e de relações sociais representa o único meio de libertar os trabalhadores das mazelas que hoje os afligem, contribuindo para livrar o mundo do desastre socioambiental que a ordem capitalista mundial impõe.¹⁷

Nos documentos analisados, há referências genéricas sobre o tema por exemplo quando se avalia o caráter deficitário de como a questão ambiental foi tratada nas experiências socialistas do Leste europeu. Reflete, inclusive, uma avaliação que situa a relação do ser humano com o meio ambiente como uma questão técnica e não como um reflexo do modelo de produção de mercadorias evidenciado nessas experiências. Nesse sentido, apesar do caráter mais crítico do discurso, o PCB parece compartilhar das mesmas premissas indicadas pelo PCdoB em relação ao caráter economicista de sua compreensão do marxismo.

O Partido da Causa Operária o pouco oferece ao debate proposto. Sua origem é próxima à do PSTU, também de orientação trotskysta e ligados à Política Obrera (Argentina) e ao Partido Obrero Revolucionário da Bolívia. Em 1997 conseguiram registro definitivo e mantêm publicação regular de seu jornal, a Causa Operária.

Em seu Programa não há referência alguma à temática ambiental como parte integrante do arcabouço marxista, mantendo apenas referências esparsas no jornal sobre o caráter destrutivo do capitalismo, mas também não se posicionam acerca das ligações entre marxismo e meio ambiente.

¹⁷ PCB . Resoluções do XV Congresso. São Paulo: Comitê Central, 2014. 44 p

E o movimento sindical?

Após o trabalhismo se impor, atrelado à dinâmica da política, a partir da década de 1930, e os comunistas do PCB abraçarem a perspectiva das duas etapas da revolução, o sindicalismo incorporou o discurso sobre o desenvolvimento do capitalismo num debate acerca do nacional-desenvolvimentismo, por onde transitaram não apenas os quadros teóricos dos partidos, mas boa parte da intelectualidade progressista.

No interior do movimento sindical e popular, comunistas, socialistas e trabalhistas mantiveram, até 1964, suas ações no parlamento e nos movimentos sociais e políticos apoio, mesmo que crítico, aos projetos reformistas que atacassem as raízes do atraso, a ‘superação da ‘enxada’ no dizer de Samuel Weiner.

O imaginário do desenvolvimento industrial, em certa medida, foi incorporado pelas esquerdas. No começo dos anos 1960 Nikita Krushev, secretário do PCUS, afirmava que o socialismo ia “enterrar” o capitalismo por força de sua superioridade econômica, de seu maior crescimento industrial. Ou seja, as forças produtivas poderiam ser alavancadas pelos socialistas, era tudo uma questão de quem estava no comando do processo, mas a técnica, a tecnologia, a ciência eram neutras, parte da evolução da humanidade.

O movimento sindical, por vários caminhos, nutriu-se dessa abordagem na segunda metade do século XX. O trabalhismo do PTB que oscilava entre um nacionalismo terceiro mundista, um sonho social-democrata de centro esquerda e um anticomunismo reformista e conservador disputava espaços com um PCB cada vez mais convicto das possibilidades de reformas dentro do sistema num processo de ruptura com os entraves da dependência, herança de um economicismo renitente.

O ciclo de desenvolvimento industrial de base conservadora pós-1964 subtraiu a perspectiva classista interrompendo qualquer processo de reformas social conduzida no diálogo com o mundo do trabalho. As transformações

políticas, econômicas e sociais reordenaram os projetos e as formas de organização dos trabalhadores que emergem na crise dos anos 1980, mas sem alterar em essência a base ideológica alicerçada no desenvolvimento industrial e econômico, como produtor de riqueza, superadora dos entraves da subserviência no sistema internacional, geradora de renda, portanto, progressista.

As organizações da classe trabalhadora – sindicatos e partidos – continuaram aprisionadas à perspectiva do desenvolvimento e do crescimento econômico, capaz de prover uma vida melhor, mesmo sob o capitalismo. As pautas são relacionadas a ampliação da oferta de empregos, ao aumento dos salários, às melhorias nas condições de trabalho e em políticas sociais capazes de inserir o povo no mercado consumidor, promotor *per si* da ideia burguesa de cidadania. Ademais, nos governos a ação política a partir das políticas públicas estatais concentraram-se em ‘consertar’ injustiças históricas para permitir em condições de igualdade a concorrência no mercado.

O Neoliberalismo venceu

Os ataques às diversas formas de intervenção do Estado com vistas à correção das distorções produzidas pelo mercado reorganizaram as classes dominantes globais sob a égide do neoliberalismo na década de 1980. O fim do bloco soviético e a crise econômica permitiu um ataque feroz sobre os direitos e o patrimônio público e estatal, baseado num discurso ideológico baseado nas virtudes do mercado diante da ineficácia do Estado, do funcionalismo e das políticas sociais. A concorrência nua e crua, justificada na meritocracia, trilharam o campo do debate, esvaziando qualquer horizonte de transformação sistêmica.

As forças de esquerda resistiram, mas foram obrigados a demonstrar que talvez fossem mais eficientes e promotoras de melhores condições para o funcionamento do mercado, fortalecendo o mercado interno, criando salários sociais ou condições melhores às empresas locais, costurando acordos comerciais estratégicos vantajosos e garantindo investimentos em

infraestrutura, financiamentos, insumos, energia para uma nova vaga de desenvolvimentista.

Passamos a disputar a agenda do capital. Eles continuam ganhando.

Quais desafios estão postos?

A crise ambiental demonstra que existem limites que não podem ser ultrapassados.

As mudanças climáticas, que produzem eventos extremos, secas, inundações, furacões, derretimentos das geleiras etc., a poluição do ar, da terra e das águas, a perda da biodiversidade, estabeleceram um quadro caótico e imprevisível que pode comprometer a reprodução da vida como a conhecemos. Interromper esse ciclo é a única alternativa de que dispomos.

Todas as variáveis que avaliam as condições planetárias caminham no sentido do esgotamento e piora dos indicadores. Nem a pandemia reverteu a concentração de gases de efeito estufa (GEE), uma vez que a redução das emissões em alguns lugares foi compensada pelo aumento das queimadas, em especial no Brasil.

Alguns dos efeitos mais diretos são observados no mundo do trabalho. Além da precariedade, das perdas de direitos e da informalidade, a elevação das temperaturas médias, as mudanças nos ciclos das chuvas, o aumento das doenças respiratórias, a contaminação dos alimentos pelos agrotóxicos pioram sobremaneira as condições da classe trabalhadora.

A luta em defesa da natureza é parte da luta sindical sim.

Mas como pensar a manutenção do trabalho sem crescimento da economia?

Não precisamos nem podemos crescer mais dentro desse modelo. Esse cálculo baseado na medição do movimento da economia, consolidado no PIB, não serve mais pois não indica como as pessoas vivem nem no que os recursos são gastos. É aquela história, se o Estado contrata uma empresa para

limpar um derramamento de óleo da praia, o resultado será bom para o PIB, mesmo que tenha sido ruim para todos. Isso precisa ser superado.

Não precisamos nem podemos crescer mais. Devemos mudar o referencial exigindo empregos capazes de reconstruir o que foi destruído. A redução da jornada de trabalho é uma bandeira central, capaz de incorporar legiões de desempregados. Reconverter as indústrias poluidoras – em especial àquelas ligadas ao complexo petrolífero e do automóvel – em plantas limpas e inclusivas, redirecionando seus produtos em direção ao atendimento das necessidades das maiorias sociais, desconcentrar a renda através de políticas fiscais redistributivas, incentivar a agricultura familiar e a agroecologia no campo e nas cidades, desenvolver uma tecnociência para a economia solidária, capaz de articular e potencializar as formas auto-gestionárias e cooperativas de trabalho, incentivar o boicote às empresas que financiam o desmatamento e a mineração ilegal, exigir a devida compensação por danos ambientais promovidos pelas mineradoras, que devem utilizar a mão de obra de que dispõem para a recuperação das áreas atingidas pelos empreendimentos. Reconfigurar a própria perspectiva da ação sindical para além das pautas econômicas, deslocando-se da perspectiva neoliberal de justiça dos mecanismos de mercado.

Enfim, reestruturar os instrumentos e organizações classistas para os enfrentamentos desse período pós-pandemia, que nada mais é que a atualização delas para uma luta cujo caráter político inclui a limitação das ações do capital sobre as áreas que são fundamentais para a manutenção da vida. Para sobrevivermos à barbárie que se avizinha temos que afirmar que nem tudo é mercadoria.